

PARA SESSÃO DE ABERTURA

Quero começar por saudar quantos se dispuseram a oferecer dois dias de trabalho – e também de festa – à causa e ao movimento da Educação Permanente. Devo aliás acrescentar que a adesão a esta iniciativa da APCEP excedeu largamente as mais optimistas previsões.

Cumprimento em seguida dois convidados presentes nesta Sessão de Abertura, agradecendo muito vivamente a sua participação: o Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa (a primeira pessoa a aderir a este Encontro, no dia 6 de Janeiro) e Guilherme d'Oliveira Martins (que era o Ministro da Educação no período em que se lançaram, por iniciativa de Ana Benavente, então Secretária de Estado - várias medidas inovadoras no campo da Educação e Formação de Adultos, incluindo a criação da ANEFA, os Cursos EFA ou os CRVCC).

Agradeço ainda o mais que valioso apoio que nos foi dado por algumas instituições, parceiras na organização, como o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, o Pavilhão do Conhecimento, a Escola Superior de Educação de Coimbra e, pela dimensão desse apoio – tanto em termos materiais como técnicos e humanos – tenho de realçar o papel de parceria exemplar que desempenhou a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, ANQEP.

E um último agradecimento para os da casa, para as 3 ou 4 pessoas da Direcção da APCEP que carregaram em ombros este ousado e até insensato empreendimento, que é a organização de um evento desta natureza e dimensão a partir de uma associação que não dispõe de sede própria nem pessoal profissional.

Convergimos hoje, para este magnífico e simbólico espaço, em nome da Educação Permanente, um conceito que esteve na base da criação da APCEP, em 1982, mas entretanto caído no esquecimento ou já classificado como peça de museu. Acreditamos, contudo (e por isso fizemos renascer a APCEP em meados de 2014), que a Educação Permanente continua a ser hoje imprescindível a uma sociedade que queira assumir-se como “do conhecimento”

Mas o que é afinal a Educação Permanente? Como todos os conceitos essenciais não é fácil de definir, porque é algo dinâmico, em constante evolução e adaptação aos diferentes contextos e períodos da História. Tem-se prestado, igualmente, a uma enorme variedade de interpretações. Se organizámos este Encontro, foi precisamente para melhor compreendermos, num trabalho conjunto, o que é a Educação Permanente. As intervenções no Plenário desta manhã vão procurar elucidar-nos sobre esta noção. E as

múltiplas actividades que preenchem estes dois dias são outras tantas expressões de Educação Permanente em acção. Por isso, não avançarei aqui uma definição minha, mas gostava de vos deixar com uma mensagem forte de alguém que se encontra na origem da história da Educação Permanente: Jean Antoine de Caritat, mais conhecido por Marquês de Condorcet ou, mais simplesmente e mais democraticamente, Condorcet.

Redigida em finais do século XVIII, em plena Revolução Francesa, a descrição que faz dos objectivos de uma política da "instrução pública" continua a ser, em minha opinião, da maior acuidade e actualidade: <e passo a citar>

"A igualdade de instrução que podemos esperar atingir ... é a que exclui qualquer dependência, forçada ou voluntária. Mostraremos ... os meios fáceis para atingir esse fim, mesmo para os que só podem dar aos estudos uma pequena parte dos seus primeiros anos e, no resto da vida, algumas horas livres. Faremos ver que ... se pode instruir a massa inteira de um povo de tudo o que as pessoas precisam de saber para a economia doméstica, para a administração dos seus negócios, para o livre desenvolvimento do seu engenho e das suas faculdades; para conhecerem os seus direitos, os defenderem e os exercerem; para conhecerem os seus deveres e poderem cumpri-los devidamente; para avaliarem as suas acções e as dos outros, de acordo com a sua consciência esclarecida e não ficarem alheios a nenhum dos sentimentos elevados e delicados que honram a natureza humana; para não dependerem cegamente daqueles a quem são forçados a confiar a direcção dos seus interesses ou o exercício dos seus direitos, para se manterem em estado de os escolher e de os vigiar, para não serem mais vítimas desses erros populares que atormentam a vida com temores supersticiosos e esperanças quiméricas; para se defenderem contra os preconceitos apenas com a força da sua razão ..."

A Educação Permanente é, além do mais, uma exortação a todas as pessoas para que mantenham, durante e para além da idade de escolaridade, dentro e fora das paredes da escola, um espírito curioso e uma mente confiante, tornando-se assim capazes de garantir um processo coerente e continuado de levantamento de questões e de busca de respostas, em suma, de uma permanente aprendizagem e expressão das suas capacidades e talentos.

Os seguintes princípios constituem elementos essenciais da Educação Permanente, a saber:

- todo o ser humano é perfectível e durante toda a sua vida;
- não há, portanto, uma idade própria para uma aprendizagem sistematizada;
- aprender é, e deve ser, um projecto pessoal dentro de uma postura pró-activa de vida;
- as aprendizagens não se fazem no isolamento mas na relação; com o próprio, com os outros humanos e demais seres vivos, com o mundo físico e os objectos entretanto inventados;
- estes processos não são necessariamente de sentido único, e sempre em direcção ao aperfeiçoamento, pois são reversíveis e estão constantemente sujeitos a paralisações e até retrocessos;
- os processos pessoais de aprendizagem e de desenvolvimento no caminho de uma realização progressiva de capacidades e aspirações devem ser estimulados, apoiados e defendidos pela sociedade e as suas estruturas políticas e institucionais.

A Educação Permanente é, além de mais, uma tentativa para reinventar o conceito de educação, afastando-se da visão convencional que a assimila à escolaridade e exigindo uma articulação coerente e sistemática, sem hierarquias, entre as aprendizagens efectuadas em meio formal, não formal ou informal.

Celebramos neste Encontro - por palavras, imagens, música e gestos - a Educação Permanente, mas celebramos também, quero frisar, os 40 anos de Educação Permanente e de medidas que introduziram no nosso país os seus valores, princípios e processos. Parafraseando uma canção de Sérgio Godinho, "o que nós andámos para aqui chegar"!

Para começar, a Constituição, que no artº 9º indica, como uma das tarefas fundamentais do Estado, "assegurar o ensino e a valorização permanente". E,

mais adiante, no Capítulo dedicado à Educação e no artº 74º, institui como incumbência do Estado Português, “garantir a educação permanente”

Foi também em 1976 que se publicou (em Maio) o Decreto-Lei de criação das Associações de Educação Popular, como entidades interlocutoras do governo e da administração pública em matérias de alfabetização e educação básica de adultos. Como foi nesse mesmo ano que saiu (em Julho) a Portaria que alterou radicalmente o exame da chamada “4ª classe para adultos”, introduzindo no novo processo de avaliação práticas inspiradas na Educação Permanente (Bertrand Schwartz, figura reconhecida na Educação e Formação de Adultos em França foi um dos consultores da DGEP para este efeito).

Desde então, a Educação Permanente passou, em Portugal, por muitos altos e baixos. Momentos altos, aliás, nem são muitos, pelo menos a nível de política pública: o PNAEBA (Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos) ao tempo em que Lucas Estêvão era Director-Geral de Educação de Adultos e que contou, na sua elaboração com, entre muitos outros, Lucília Salgado, Ana Benavente e José Mariano Gago. Surgindo quase 20 anos mais tarde, posso recordar o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (que coordenei e reuniu pessoas que também aqui estão hoje, como Teresa Gonçalves ou Olívia Santos Silva), cujo trabalho conduziu à criação da ANEFA e toda a gama de instrumentos então implementados e que estiveram na origem, a partir de 2005, da Iniciativa Novas Oportunidades.

Momentos baixos houve muitos e seria fastidioso e deprimente enumerá-los. Limito-me a citar o mais gravoso, a meu ver, aquele “crime político” perpetrado, em 2002, com a extinção da ANEFA.

No entanto, como alguém disse antes de mim: “quem nos quis enterrar não sabia que somos semente!” E, como semente e germens, cá estamos - umas centenas aqui e muitos outros milhares pelo país fora – a construir a Educação Permanente nas suas inúmeras e variadas manifestações: da arte nos Bairros aos debates teóricos, das Universidades Populares e Seniores aos Agrupamentos de Escolas, das Escolas Comunitárias à divulgação científica em bares, dos orçamentos participativos aos bancos do tempo, da escola de 2ª oportunidade ao ensino a distância a partir de uma universidade... e por aí adiante, pois não há tempo para mais menções.

E aqui estamos, para afirmar e consolidar a Educação Permanente em Portugal, no preciso local onde, desde que a ideia do Encontro surgiu, sempre quisemos

estar: no Pavilhão do Conhecimento, “a menina dos olhos” de José Mariano Gago e, neste momento, no Auditório que recebeu o seu nome.

Esta convergência entre José Mariano Gago, a Educação Permanente e a APCEP tem um enorme significado. Foi também há 40 anos que conheci o José Mariano e ficámos, para sempre, amigos e até “cúmplices” no desígnio “subversivo” de fazer de Portugal uma sociedade verdadeiramente educada e criativamente educadora. Há 40 anos, foi exactamente a Educação Permanente que nos juntou. Para além do cientista e do grande político que foi, Mariano Gago desde cedo abraçou a causa da educação de todos para todos e durante toda a vida. O seu campo de acção, como é natural, foi o da divulgação científica ou, como ele preferia dizer, a promoção do espírito científico.

A sua importância nesta matéria foi conhecida e reconhecida, dentro e fora das fronteiras. Num projecto realizado sob os auspícios do Instituto de Educação da UNESCO, em finais dos anos 70, o coordenador – Paul Lengrand (um dos pais da Educação Permanente dos nossos dias) – convidou-o para escrever um capítulo sobre uma das áreas de aprendizagem básicas para a Educação Permanente: o espírito científico.

Vou concluir esta já longa intervenção com dois parágrafos deste seu trabalho (que a APCEP traduziu e se encontra disponível no Secretariado), dando assim um pequeno contributo para a homenagem que a APCEP veio prestar aqui a um dos seus fundadores e que era, à data do seu falecimento (há 1 ano e 13 dias) Presidente da Mesa da sua Assembleia Geral. Dou, pois, a palavra a José Mariano Gago, que então escrevia:

“O espírito científico parece só fazer sentido na relação com as nossas próprias práticas ou com práticas que nos interessam e às quais temos acesso. Portanto, a educação permanente científica deve criar as suas raízes nas práticas e ideias populares, alargando-as e sugerindo-nos outras abordagens à sociedade e à natureza. Porém, a condição necessária para uma abordagem verdadeiramente criativa continua a ser a proximidade do conhecimento ao saber-fazer concreto que se adquire na vida quotidiana.” E, no final do seu artigo, José Mariano Gago interroga-se:

“Poderá o poder criativo da educação permanente ajudar a superar os obstáculos sociais que impedem as pessoas de atingir um nível de concretização, mesmo remoto, das suas capacidades como aspiram? A criatividade é que pode mudar o mundo e a vida de todos nós, derrubando a servidão inerente a um mundo alienado e às suas divisões sociais. E, se ela falhar, que outra forma de acção social poderá tomar o seu lugar?”